

## A “LEAL E VALOROSA CIDADE DE PORTO ALEGRE”: A ECONOMIA DA CAPITAL RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Gabriel Santos Berute\*

Na primeira metade do século XIX, a Província do Rio Grande do Sul esteve envolvida em dois grandes períodos de conflitos armados: as Guerras Cisplatinas (1811-28) e da Guerra dos Farrapos (1835-45). Esta última, especialmente, trouxe problemas como a interrupção do transporte e das comunicações entre Porto Alegre e Rio Grande, a redução da moeda em circulação e a presença de grande volume de moedas falsas. Apesar de ter sido mantida sob o controle imperial, a capital sofreu com três períodos de cerco impostos pelas forças farroupilhas (entre junho de 1836 e dezembro de 1840). As tentativas de ocupação e as operações de curso da esquadrilha rebelde foram extremamente prejudiciais para suas transações mercantis enquanto Rio Grande cresceu continuamente. Durante a guerra, seu porto foi “um ponto habitual de desembarque e acantonamento de tropas, e entreposto natural de todo o comércio da área dominada pelas armas legalistas”. De tal modo, conclui-se que: “A Revolução que retardou desenvolvimento de Porto Alegre, estimulou e ajudou Rio Grande” (FRANCO, 1983: 29-31)<sup>1</sup>.

Pois bem, o objetivo deste texto é analisar o padrão de investimento verificado em Porto Alegre através da análise de escrituras públicas e o impacto econômico das guerras para sua economia. A base documental constitui-se de uma amostra de escrituras públicas de venda, crédito e sociedade registradas nos livros do 1º Tabelionato de Porto Alegre entre 2 de janeiro de 1808 e 16 de dezembro de 1850<sup>2</sup>.

---

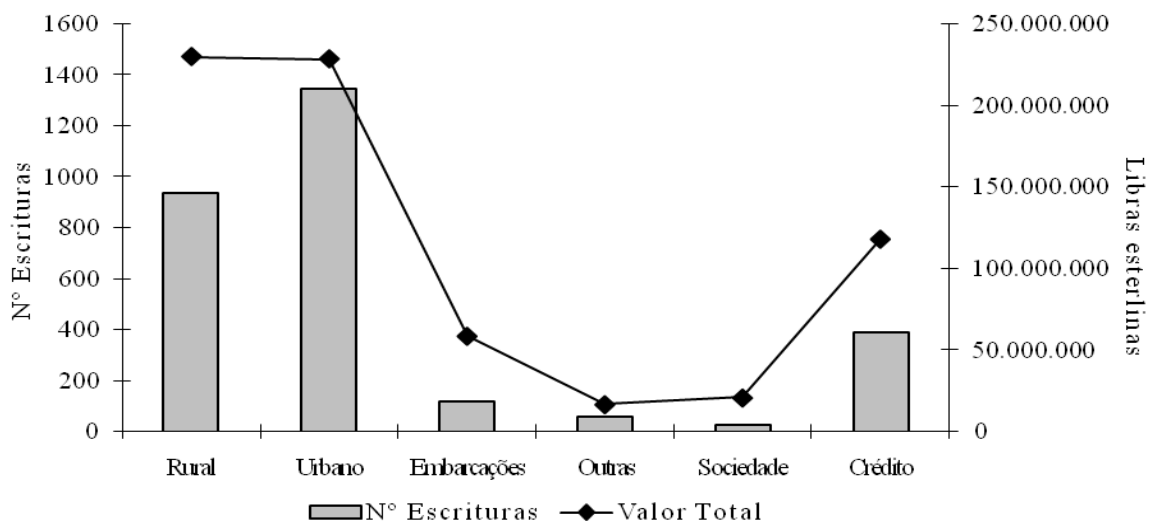
\* Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História. Aluno do curso de doutorado do mesmo programa, com financiamento da CAPES. Contato: [gabrielberute@gmail.com](mailto:gabrielberute@gmail.com).

<sup>1</sup> Na correspondência do consulado dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, são frequentes os relatos dos prejuízos que os conflitos causavam para os negócios americanos na província (FRANCO, 1998).

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Porto Alegre. **Transmissões e Notas**, 1º Tabelionato, Livro 32 a 60 (16.11.1807 – 23.01.1851). Doravante APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L, fl. Apesar de suas limitações, pois nem todas as transações eram registradas em escrituras, os registros notariais permitem conhecer o padrão dos investimentos econômicos vigentes em uma sociedade. Estudos como os de João Fragoso (1998) e Jucá de Sampaio (2003), e mais recentes como os de Fábio Pesavento (2009) e Alexandre Vieira Ribeiro (2009), têm demonstrado a pertinência desta fonte para a investigação histórica no campo da economia.

O número total de escrituras contabilizadas nos vinte e nove livros do 1º Tabelionato de Porto Alegre é de 4.290 registros que somavam um total de 793.051.390 de libras esterlinas (ou 5:379:524\$518 réis)<sup>3</sup>. Entre estas, foram selecionadas as escrituras referentes a *vendas, créditos e sociedades*: 2.882 escrituras ou 67% das escrituras computadas e 85% do valor total (673.513.803 de libras). Em seguida, as mesmas escrituras foram redistribuídas de acordo com o tipo de transação e conforme os bens nelas registrados: *bens urbanos, bens rurais, embarcações, crédito, sociedade e outras vendas*. O **Gráfico 1** apresenta a distribuição do valor e do número de escrituras de cada uma destas categorias.

**Gráfico 1 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (1808-1850)**



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

As escrituras de *bens urbanos* apresentam o maior número de escrituras (1.347), seguidas dos *bens rurais* (933) e dos *créditos* (390). As 26 *sociedades* corresponderam a 3% do valor total das escrituras. No caso das *embarcações*, as 121 escrituras (4%) correspondia a 9% dos 673.513.803 libras esterlinas reunidos nos registros de Porto Alegre. Todavia, considerando as embarcações e os bens urbanos em conjunto, a representatividade dos bens relacionados ao comércio foi significativa: 51% das 2.882

<sup>3</sup> Para obter uma avaliação mais precisa dos valores dos bens negociados e sua evolução ao longo período optou-se por considerar os valores em libras. Para a conversão foi utilizada a tabela **Taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ)**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 11 jan. 2009.

escrituras e 43% do montante total. O somatório do investimento em embarcações e créditos, por sua vez, alcançou o total de 18% sobre as escrituras e de 26% do montante acumulado nas escrituras de venda, crédito e sociedade. Destaca-se que apesar de mais numerosa em número de registros, o valor investido em bens urbanos (228.581.259 libras) foi um pouco menor do que foi aplicado na aquisição de bens rurais (230.020.014 libras). O mesmo já havia sido verificado em Rio Grande (BERUTE, 2010: 345), todavia na capital a diferença menos acentuada.

Na observação da distribuição das escrituras de acordo com a faixa de valor (**Tabela 1**), se percebe que maior parte das escrituras com valor informado (88%) valia menos de 500 mil libras esterlinas. O montante acumulado nas duas primeiras faixas de valor representava 44% dos 673.327.735 de libras esterlinas. As escrituras de Porto Alegre que valiam 1 milhão de libras ou mais concentravam 34,5% do valor total.

No que diz respeito às categorias consideradas, não havia *sociedades* com valor inferior a 100 mil libras e seus valores concentravam-se na faixa de 1 milhão de libras ou mais. A maior parte das *embarcações* ficava nas faixas de 100 até 499 mil libras e de 500 a 999 mil libras que reuniam 78% do montante investido nestes bens. Embora a maior parte das escrituras fosse de pequeno valor (menos de 100 mil libras), esta faixa acumulava menos de 5% do valor dos créditos. A maioria dos créditos valia entre 100 e 499 mil libras, mas a maior parte do valor estava reunida na última faixa de valor. Quanto às transações de bens *urbanos* e *rurais*, destaco que em ambas as categorias a maior parte delas tinham valor menor que 500 mil libras, principalmente na primeira faixa de valor. Todavia, a maior parte do valor das escrituras de bens urbanos concentrava-se na faixa de 100 a 499 mil libras, enquanto nas propriedades rurais, 43% do valor estava na faixa de 1 milhão ou mais de libras esterlinas (98.909.783 de libras). Apenas na faixa de 500 a 999 mil libras os bens urbanos acumularam um montante superior ao dos bens rurais.

Quanto aos valores médios, as escrituras de propriedades rurais de até 100 mil libras apresentaram a menor média (39.306 libras) e as sociedades da última faixa de valor tiveram a maior média: 2.348.293 libras. Nas faixas de valor de 100 a 499 mil libras e de 1 milhão de libras ou mais, os valores médios das escrituras de bens rurais superaram às médias calculadas para as propriedades urbanas.

**Tabela 1 – Escrituras: negócios por faixa de valor (1808-1850)**

	menos de 100 mil libras			100 a 499 mil libras			500 a 999 mil libras			1 milhão de libras ou mais		
	Valor Total	Valor Médio	Nº	Valor Total	Valor Médio	Nº	Valor Total	Valor Médio	Nº	Valor Total	Valor Médio	Nº
<b>Rural</b>	20.320	39.	51	71.740.	231.	31	39.049.	697.	5	98.909.	1.902.	5
	.990	306	7	094	420	0	146	306	6	783	111	2
<b>Urbano</b>	31.482	41.	76	103.56	214.	48	43.878.	707.	6	49.651.	1.551.	3
	.209	046	7	9.089	429	3	420	716	2	541	611	2
<b>Embarcações</b>	393.51	49.	8	19.773.	286.	69	25.873.	718.	3	12.708.	1.588.	8
	5	189		797	577		315	703	6	021	503	
<b>Outras</b>	1.383.	36.	38	3.519.4	234.	15	1.507.3	753.	2	10.449.	2.089.	5
	897	418		70	631		44	672		029	806	
<b>Sociedade</b>				2.433.9	347.	7	4.440.9	740.	6	14.089.	2.348.	6
				51	707		77	163		757	293	
<b>Crédito</b>	5.518.	59.	92	35.886.	228.	15	30.184.	701.	4	46.563.	1.724.	2
	524	984		424	576	7	469	964	3	973	592	6
<b>Total</b>	<b>59.099</b>	<b>41.</b>	<b>14</b>	<b>236.91</b>	<b>227.</b>	<b>10</b>	144.93	706.	<b>2</b>	<b>232.37</b>	<b>1.787.</b>	<b>1</b>
	<b>.135</b>	<b>561</b>	<b>22</b>	<b>1.601</b>	<b>581</b>	<b>41</b>	3.671	994	<b>5</b>	<b>2.478</b>	<b>478</b>	<b>0</b>

Obs.: foram consideradas somente as escrituras com valor declarado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Na **Tabela 2** foram reunidos os dados referentes ao número de escrituras e seus valores distribuídos por quinquênios de acordo com a sua categoria, a fim de observar sua evolução ao longo do período investigado. Considerando as escrituras de venda, observa-se que embora os *bens urbanos* acumulassem a maior parcela do número de escrituras (55%), a parcela sobre o valor era praticamente o mesmo das transações de *bens rurais* que representavam aproximadamente 38% das escrituras selecionadas. Comparando com Rio Grande (BERUTE, 2010: 347-352), chama a atenção que as negociações de bens rurais registradas em Porto Alegre responderam por uma porção mais elevada de escrituras e a parcela do valor correspondente foi semelhante: 39 e 43%, respectivamente. Entre os bens urbanos se constata o oposto, pois mesmo que o percentual dos registros fosse semelhante, o montante total acumulado correspondia a uma parcela significativamente mais elevada: Rio Grande, 33% e Porto Alegre, 43%. No caso das *embarcações*, elas correspondiam a apenas 5% das escrituras e representavam uma parcela equivalente a 11% dos 534.209.660 de libras esterlinas reunidos nas escrituras de venda. Cabe destacar que são parcelas expressivamente menores daquelas verificadas nas escrituras registradas em Rio Grande. Considerando que a vila era sede do porto marítimo da província, parece que este mantinha sua centralidade nos negócios de importação e exportação.

Até o lustro de 1821-25, as escrituras de bens rurais representavam mais da metade do valor total e por parcelas consideráveis dos negócios realizados. No lustro de 1816-20 estas escrituras acumularam o seu maior percentual tanto no montante investido (64%) quanto no número de transações (55%). Na passagem deste quinquênio para o seguinte houve um decréscimo nesta participação. Em 1826-30 (quando ocorreu a perda da Província Cisplatina) e nos lustros seguintes, os bens urbanos passaram a responder sempre pelo maior percentual do montante investido na compra de bens e no total de escrituras registradas. Ao longo da série considerada, estes bens acumularam sempre mais de 26,5% do valor total.

A primeira metade da Guerra dos Farrapos foi o período no qual os bens rurais apresentaram a sua menor participação: 18% do valor distribuído em 22% das escrituras de venda. Este também é o momento no qual as negociações envolvendo embarcações alcançaram a sua melhor participação, com percentuais de 39,5% do valor e 15% das transações de venda. Cabe ressaltar que a partir de 1841-45 os bens rurais voltaram a

responder por parcelas mais elevadas do valor investido e no total de escrituras, mas sem recuperar os patamares observados nos primeiros lustros da série e sem ultrapassar os índices observados nos bens urbanos. O mesmo movimento foi observado nas escrituras de Rio Grande. As propriedades urbanas, por sua vez, apresentaram neste quinquênio a maior representatividade: aproximadamente 58% do valor e 61% das escrituras. Este desempenho pode ser explicado em parte pela sensível redução da representatividade das transações envolvendo embarcações verificadas no mesmo período. Visto de conjunto, mesmo que os bens rurais ainda concentrassem parcela significativa dos valores envolvidos nas escrituras de Porto Alegre, constata-se um padrão mais próximo do constatado por João Fragoso para o Rio de Janeiro, entre 1800-16 (FRAGOSO, 1998: 336-337), e Alexandre Ribeiro para Salvador, na segunda metade do século XVIII (RIBEIRO, 2009: 88). Nas duas cidades, os investimentos em bens urbanos já respondiam pelas maiores parcelas do valor investido nos períodos por eles investigados<sup>4</sup>.

Foram registradas 26 *sociedades* em Porto Alegre que representavam 17% do valor total das escrituras; em relação ao montante das vendas, o percentual era de 4%. Em 1816-20 elas reuniram aproximadamente 11% do valor das vendas, seu melhor resultado. O maior número de sociedades foi registrado em 1811-15 e 1831-35, com cinco escrituras em cada. Os *créditos* apresentaram o praticamente a mesma porção das escrituras (16%), mas correspondentes a 22% do valor das vendas, enquanto em Rio Grande a cifra era de 25%.

Portanto, tal como o constatado ao analisar as escrituras de Rio Grande, nota-se que em Porto Alegre as duas conjunturas de guerra representaram momentos sensíveis para os investimentos econômicos da região. Parcela dos recursos antes investidos prioritariamente em bens rurais passou a ser direcionada para a aquisição de bens urbanos. Ao contrário de Rio Grande, na capital a aquisição de embarcações não conheceu grande incremento, inclusive, perdeu representatividade no montante investido e no número de transações. Estes resultados sugerem que a sede do porto marítimo permanecia como o principal centro comercial da província em meados do

---

<sup>4</sup> A este respeito, destaca-se que Helen Osório constatou que entre 1756 e 1825 as aglomerações urbanas eram incipientes na região (OSÓRIO, 2007: 259-261).

**Tabela 2 – Distribuição das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (1808-1850)**

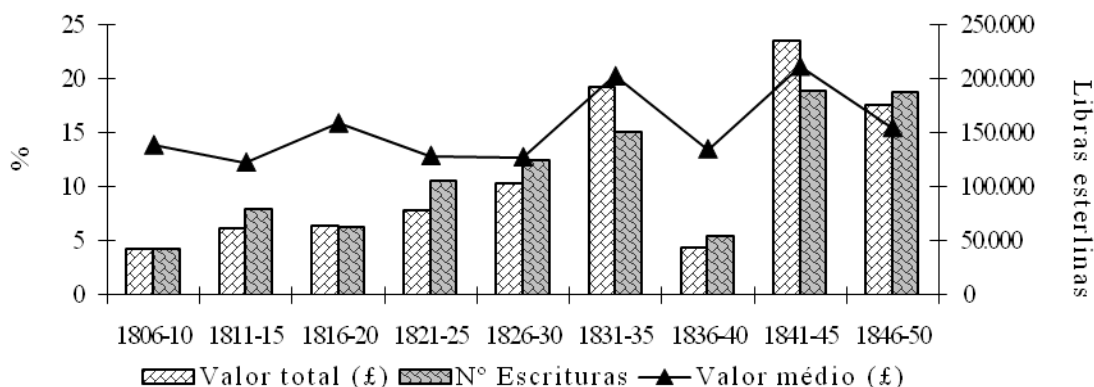
Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade		Crédito	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
<b>1806-10</b>	15.595.569	51	9.800.085	57	4.242.500	5	50.760	1	29.688.914	114	600.000	2	1.633.556	14
%	52,5	44,7	33,0	50,0	14,3	4,4	0,2	0,9	100	100	2,0	1,8	5,5	12,3
<b>1811-15</b>	23.457.752	107	14.101.411	108	4.867.240	5	0	0	42.426.403	220	1.508.402	5	8.901.880	38
%	55,3	48,6	33,2	49,1	11,5	2,3	0,0	0,0	100	100	3,6	2,3	21,0	17,3
<b>1816-20</b>	35.544.529	116	14.737.908	85	5.311.996	10	0	0	55.594.433	211	6.034.285	2	6.958.795	24
%	63,9	55,0	26,5	40,3	9,6	4,7	0,0	0,0	100	100	10,9	0,9	12,5	11,4
<b>1821-25</b>	28.744.117	112	17.983.299	142	6.921.354	14	27.648	2	53.676.419	270	3.529.085	3	6.912.872	25
%	53,6	41,5	33,5	52,6	12,9	5,2	0,1	0,7	100	100	6,6	1,1	12,9	9,3
<b>1826-30</b>	17.488.384	87	23.549.893	168	7.875.142	20	3.273.798	10	52.187.217	285	0	1	7.678.387	19
%	33,5	30,5	45,1	58,9	15,1	7,0	6,3	3,5	100	100	0	0,4	14,7	6,7
<b>1831-35</b>	36.896.927	139	44.210.499	204	11.210.940	28	4.507.773	16	96.826.139	387	3.692.378	5	18.766.235	74
%	38,2	35,9	45,8	52,7	11,6	7,2	4,7	4,1	100	100	3,8	1,3	19,4	19,1
<b>1836-40</b>	4.332.392	28	10.037.613	74	9.638.477	19	388.635	5	24.397.116	126	480.896	1	18.160.874	47
%	17,8	22,2	41,1	58,7	39,5	15,1	1,6	4,0	100	100	2,0	0,8	74,4	37,3
<b>1841-45</b>	34.167.802	146	53.791.209	255	2.402.396	5	1.871.779	16	92.233.186	422	3.222.227	4	19.592.119	85
%	37,0	34,5	58,3	60,3	2,6	1,2	2,0	3,8	100	100	3,5	0,9	21,2	20,1
<b>1846-50</b>	33.792.541	151	40.369.340	254	6.278.604	15	6.739.347	11	87.179.833	431	1.897.413	3	29.548.673	64
%	38,8	35,0	46,3	58,9	7,2	3,5	7,7	2,6	100	100	2,2	0,7	33,9	14,8
<b>Total</b>	<b>230.020.014</b>	<b>937</b>	<b>228.581.259</b>	<b>1.347</b>	<b>58.748.648</b>	<b>121</b>	<b>16.859.740</b>	<b>61</b>	<b>534.209.660</b>	<b>2.466</b>	<b>20.964.685</b>	<b>26</b>	<b>118.153.390</b>	<b>390</b>
%	<b>43,1</b>	<b>38,0</b>	<b>42,8</b>	<b>54,6</b>	<b>11,0</b>	<b>4,9</b>	<b>3,2</b>	<b>2,5</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>3,9</b>	<b>1,1</b>	<b>22,1</b>	<b>15,8</b>

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

século XIX. Por fim, chama a atenção que exatamente no período de dificuldades que a atividade mercantil da capital enfrentou durante os primeiros anos da Guerra dos Farrapos, quando as tropas farroupilhas buscavam tomá-la dos imperiais, os investimentos em navios apresentou seus melhores resultados.

O **Gráfico 2** apresenta a evolução do valor total, médio e do número de transações envolvendo bens rurais realizadas entre 1808 e 1850. O penúltimo lustro da série foi aquele que concentrou a maior parcela do valor total e das escrituras. Com algumas variações, houve uma tendência de crescimento no montante investido na aquisição de propriedades urbanas. A tendência de crescimento foi drasticamente interrompida no período correspondente ao início da Guerra dos Farrapos. No último lustro, a recuperação iniciada nos últimos anos da guerra foi novamente interrompida por uma queda menos acentuada no número de registros e do valor correspondente. Os valores médios ficaram entre 123.079 (1811-15) e 203.463 libras esterlinas (1831-35) e apresentaram oscilações significativas em quase todo o período, com exceção os lustros de 1821-35 e 1826-30.

**Gráfico 2 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens urbanos (1808-1850)**



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado  
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quanto aos bens que compõe a categoria dos bens urbanos, notou-se que as *casas* reuniram o maior número de bens (623) e o maior montante do valor aplicado nas propriedades urbanas: 112.923.010 dos 228.581.259 de libras esterlinas investido nesta categoria. Elas apresentavam valores médios baixos que variaram entre 128.708 (1826-

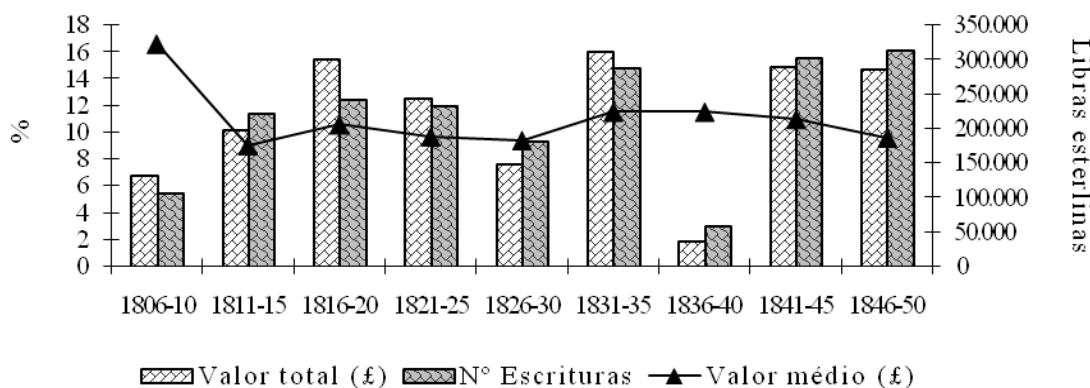
30) e 195.272 libras (1846-50). Os *sobrados* reuniram o segundo maior montante (46.700.672 de libras), distribuídos em 77 propriedades que apresentaram os valores médios mais elevados em todo o período considerado: entre 513.697 (1831-35) e 819.135 libras (1811-15). A maior média verificada entre os demais bens urbanos – a dos armazéns em 1826-30 (472.409 libras) – foi inferior a menor média dos sobrados. Destaca-se, neste sentido, que a valorização deste tipo de imóvel estava ligada a sua utilização comercial, como armazém ou loja. Alguns registros indicam mais claramente este tipo de uso: em dezembro de 1816, o sargento-mor José Luís Teixeira adquiriu em Porto Alegre “uma morada de Casas de Sobrado com três portas na frente e em cima e outras tantas embaixo que formam uma loja com um corredor”, por 770 mil libras (APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 41, fl. 85).

Os *terrenos*, embora reunissem o segundo maior número de bens registrados (512), seus valores médios foram os mais baixos em relação aos demais tipos de bens urbanos. Em termos gerais, cabe registrar que no quinquênio referente ao início do conflito entre farroupilhas e imperiais, ocorreu uma queda significativa nas três variáveis consideradas para casas, sobrados e terrenos. Este aspecto reforça a hipótese segundo a qual a guerra ocorrida entre 1835 e 1845 teve evidente impacto na economia da província riograndense.

Entre os *bens rurais* (**Gráfico 3**), nota-se que no início das incursões na Banda Oriental pelo Império do Brasil (1811-15) apresenta um aumento no total de escrituras registradas e no montante total investido nestas transações. Em seguida, apresentou uma tendência de queda nas três variáveis consideradas até o lustro no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina (1826-30). Posteriormente, houve um acentuado crescimento do número de escrituras, do valor representado pelas mesmas e dos respectivos valores médios, mas seguidas pelo decréscimo bastante acentuado no quinquênio correspondente aos primeiros anos da Guerra dos Farrapos. No caso de Rio Grande (BERUTE, 2010: 353-356), o decréscimo foi constante e acentuado entre 1816-20 e 1836-40. Na segunda parte da guerra (1841-45) observa-se que nas duas localidades houve uma retomada no número de escrituras registradas, no seu valor total e médio. Na capital, este incremento foi considerável e o montante concentrado ficou no mesmo patamar que havia sido verificado nos anos de maior concentração, entre 1816 e 1825 e 1831-35. Considerando os principais tipos de bens que fazem parte da categoria rural,

tal como em Rio Grande, as *terras* foram os bens que apresentaram os menores valores médios, apesar de um significativo número de propriedades negociadas (307) e acumular uma parcela equivalente a no mínimo 12% dos 230.020.014 de libras investidos em bens rurais. Os valores médios também eram baixos: entre 42.767 (1816-20) e 137.402 libras esterlinas (1826-30).

**Gráfico 3 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens rurais (1808-1850)**



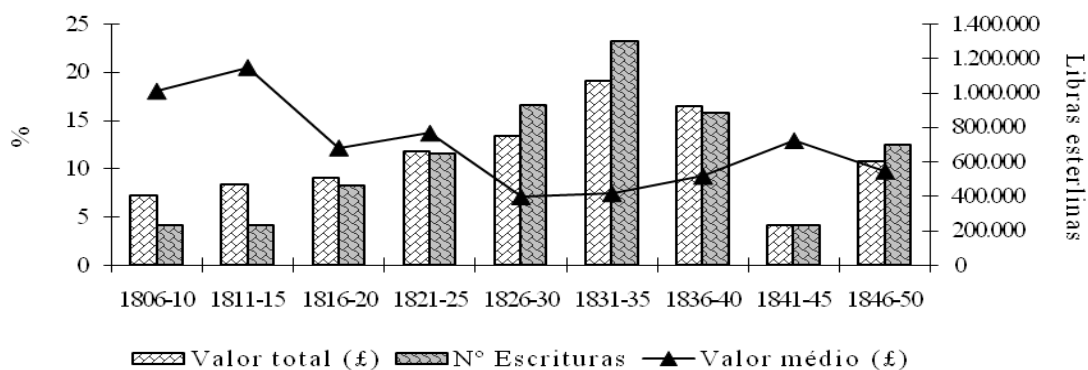
Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado  
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Foram registradas a negociação de apenas sete *charqueadas* no primeiro tabelionato de Porto Alegre no período considerado no total de 3.085.013 libras (1% do montante investido em bens rurais). Nos 248 imóveis aqui catalogados como *chácaras* (200 chácaras e 48 sítios) foram investidos um total de 61.585.727 de libras, o maior montante entre os bens relacionados na tabela. Suas médias não eram muito elevadas, mas superiores às terras e ficaram entre 172.911 e 316.680 libras, respectivamente em 1836-40 e 1806-10. O maior montante investido na aquisição deste tipo de bem foi registrado no último lustro da série.

As trinta e uma *estâncias* (11) e *fazendas* (20) concentravam 13% do total investido na aquisição de bens rurais. Os valores médios destas propriedades eram elevadas e giravam em torno de 662.268 (1846-50) e 1.576.389 de libras (1831-35). A menor média era superior a qualquer um das medidas calculadas para as propriedades rurais. Em relação aos bens urbanos, apenas os sobrados apresentaram médias superiores nos lustros de 1811-15, 1816-20 e 1836-40. Os 315 *campos* (inclusive, 2 rincões) correspondiam a 27% do total investido nas propriedades rurais. Mesmo que

em alguns casos as avaliações destes bens incluíssem benfeitorias, plantações e animais, as médias eram baixas, variando entre 161.757 (1811-15) e 288.014 libras (1806-10).

**Gráfico 4 – Evolução quinquenal do valor total e médio das embarcações (1808-1850)**



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Poucas escrituras de venda registradas em Porto Alegre envolviam *embarcações*. Se em Rio Grande elas respondiam por um quinto do montante investido e por aproximadamente 16% das escrituras (BERUTE, 2006: 345), na capital eram apenas 5% dos registros e correspondia a 11% do valor total investido (58.748.648 de libras). O **Gráfico 4** indica que houve crescimento deste tipo de negócio até 1831-35, quando atingiu os seus valores mais expressivos: 19% do valor das embarcações e 23% das escrituras. A partir deste quinquênio houve um decréscimo até a segunda metade da Guerra dos Farrapos, quando atingiu as menores cifras: 4% das escrituras e do valor investido neste tipo de bem. No lustro seguinte estas transações voltaram a crescer e os percentuais sobre o total de escrituras e do valor investido nas vendas em 1846-50 foram superiores aos verificados até 1820.

Quanto aos valores médios, houve uma tendência de decréscimo até 1826-30, seguido do aumento dos mesmos. No final da série houve uma nova queda, mas de menor intensidade. A maior média registrada foi a de 1811-15 (1.146.698 de libras) e a menor em 1826-30 (395.125 libras). As médias alcançadas pelas embarcações foram superiores as verificadas entre os bens urbanos e rurais. Em relação a Rio Grande (BERUTE, 2010: 356-357), nota-se que embora fossem menos significativas, as embarcações negociadas em Porto Alegre apresentaram valores médios superiores.

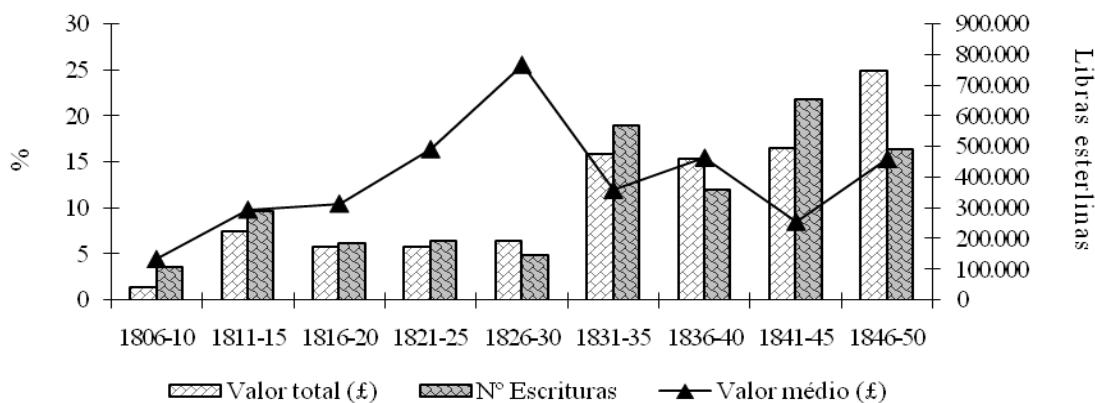
As *sumacas* respondiam pela maior parcela do valor aplicado nelas: 23% (13.584.714 libras). Os *iates* foram as mais negociadas com o segundo maior montante investido (21% do total destas vendas). Os *bergantins* reuniam 10,5% das embarcações e 16% do valor. As canoas e os iates apresentaram os menores valores médios: 195.701 e 406.037 libras esterlinas, respectivamente. As embarcações registradas em Porto Alegre com maior valor médio foram os brigues (1.126.508 de libras). O predomínio da navegação fluvial e lacustre na capital e as dificuldades de navegação provavelmente se encontrem entre os fatores explicativos da maior frequência dos iates e das canoas. Embora os iates fossem embarcações destinadas ao uso recreativo e transporte de pessoas distintas (GODOY, 2007: 672), na província rio-grandense elas cumpriam um papel fundamental no transporte de mercadorias devido às dificuldades existentes para a navegação dos portos de Rio Grande, mas também da capital da província<sup>5</sup>. Além disso, sugere a manutenção da centralidade do porto de Rio Grande para a economia da província.

As escrituras de *crédito* registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre respondiam por um montante equivalente a 22% do valor investido nas vendas no período considerado. Considerando o total acumulado nas escrituras de venda, crédito e sociedade, o percentual é de 17,5% do valor, distribuídos em 13,5% dos registros selecionados. Entre os tipos de escrituras consideradas como crédito destacam-se as registradas como de “dívida e hipoteca” (264). Elas correspondiam a 68% das escrituras de crédito (390) e 69% do valor investido em crédito na capital (118.153.390 libras esterlinas).

---

<sup>5</sup> Apesar do movimento intenso observado nos dois portos, as dificuldades para a navegação limitavam o comércio e a expansão econômica da região. A travessia da barra de Rio Grande era bastante difícil, principalmente para embarcações de pequeno porte, e somente entre os meses de março e dezembro as condições para a travessia da barra eram mais favoráveis. Na Lagoa dos Patos o problema estava na sua pouca profundidade, na falta de um farol e na ausência de um balizamento adequado que oferecesse condições de orientação aos navegantes. Melhorias nessa região foram iniciadas na década de 1840 e concluídas no início de 1860, o que representou contribuição importante para o crescimento econômico de Porto Alegre (FRANCO, 1983: 20; 23; 32-7). Nos relatos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire (2002: 89; 97; 106) e John Luccock (1942: 115-116), que estiveram na província nas primeiras décadas do século XIX, são comuns as observações a este respeito.

**Gráfico 5 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos créditos (1808-1850)**



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No **Gráfico 5** é possível perceber que até no início da série há certa estabilidade no número de escrituras registradas e no numerário correspondente. No lustro de 1831-35 em diante, observa-se uma tendência de crescimento no valor acumulado nestas escrituras, enquanto a quantidade de registros apresentou-se um tanto oscilante. Apesar disso, houve um aumento na frequência no registro destas escrituras a partir de 1836-40 e 1841-45. Entre 1831 e 1850, foram registrados 69% das escrituras equivalentes a 73% dos 118.153.390 de libras esterlinas investidos nas escrituras de crédito. Chama a atenção que apesar de uma queda acentuada no número de registros ocorrido no lustro 1836-40, o valor acumulado nelas manteve-se próximo ao do período anterior, ou seja, tratavam-se de escrituras que envolviam valores elevados. Quanto aos valores médios, estes foram crescentes até 1826-30. Na passagem deste lustro para o seguinte houve uma redução acentuada e a partir deste período apresentou algumas oscilações até o final da série. A maior média calculada ocorreu neste mesmo lustro (767.839 libras), enquanto a menor foi a do primeiro quinquênio da série: 136.130 libras.

Considerando a evolução do investimento na aquisição de propriedades rurais e urbanas, embarcações e no estabelecimento de compromissos de crédito percebe-se que as escrituras rurais e urbanas apresentaram quedas bastante expressivas no início da Guerra dos Farrapos, enquanto nas de embarcações e nas de crédito a redução foi de menor impacto. O período das primeiras incursões na Banda Oriental foi tendencialmente de crescimento, exceto nas aquisições de rurais em queda desde 1816-20. No lustro correspondente ao final da ocupação na região com a criação da República

Oriental do Uruguai (1828), os investimentos em bens rurais sofreram um decréscimo de 26%. Nas outras categorias de escrituras houve crescimento no montante investido, destacadamente nas urbanas. Tal como o observado em Rio Grande, a passagem do quinquênio 1841-45 para o seguinte foi de retomada do crescimento do investimento nas escrituras de venda e crédito. Na capital, as escrituras de bens urbanos apresentaram queda expressiva nos dois últimos quinquênios.

Os dados reunidos na **Tabela 3** dizem respeito à distribuição das escrituras de acordo com o total de registros feito por outorgantes e outorgados. Estes eram 1.785 agentes enquanto aqueles eram quase dois mil. Parte das escrituras tinha mais de um outorgante ou outorgado. Considerando-os individualmente, constata-se a presença de um total de 3.492 agentes diferentes, sendo que 16,5% apareceram nas duas categorias. Percebe-se claramente o predomínio dos agentes que estiveram envolvidos na realização de, no máximo, duas escrituras ao longo do período estudado.

**Tabela 3 – Distribuição das escrituras entre seus agentes (1808-1850)**

<b>Faixa de escrituras</b>	<b>Nº Agentes</b>	<b>%</b>	<b>Nº Escrituras</b>	<b>%</b>	<b>Valor Total (£)</b>	<b>%</b>
<b>Outorgantes</b>						
<b>1</b>	1.543	77,4	1.543	53,5	299.152.234	44,4
<b>2</b>	271	13,6	542	18,8	155.466.393	23,1
<b>3</b>	85	4,3	255	8,8	52.563.904	7,8
<b>4</b>	42	2,1	168	5,8	48.112.762	7,1
<b>5 a 10</b>	45	2,3	269	9,3	86.701.977	12,9
<b>11 a 15</b>	5	0,3	61	2,1	26.590.763	3,9
<b>16 a 20</b>	1	0,1	19	0,7	3.660.161	0,5
<b>21 a 25</b>	1	0,1	25	0,9	1.079.542	0,2
<b>Total</b>	<b>1.993</b>	<b>100</b>	<b>2.882</b>	<b>100</b>	<b>673.327.735</b>	<b>100</b>
<b>Outorgados</b>						
<b>1</b>	1.329	74,5	1.329	46,1	297.982.545	44,3
<b>2</b>	254	14,2	508	17,6	109.106.580	16,2
<b>3</b>	84	4,7	252	8,7	59.440.648	8,8
<b>4</b>	42	2,4	168	5,8	55.019.716	8,2
<b>5 a 10</b>	61	3,4	377	13,1	93.835.170	13,9
<b>11 a 15</b>	12	0,7	147	5,1	46.180.462	6,9
<b>16 a 20</b>	2	0,1	33	1,1	10.896.448	1,6
<b>mais de 50</b>	1	0,1	68	2,4	866.166	0,1
<b>Total</b>	<b>1.785</b>	<b>100</b>	<b>2.882</b>	<b>100</b>	<b>673.327.735</b>	<b>100</b>

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No caso dos outorgantes, estes agentes eram mais numerosos e representativos em relação aos outorgados na mesma situação. Entre estes últimos, as escrituras

estavam um pouco melhor distribuídas. Os *outorgantes* com até duas escrituras eram 91% deles e concentravam 72% dos documentos registrados e 67,5% do valor total transacionado. Aqueles que foram outorgantes em 5 ou mais escrituras (2%) concentraram parcela importante tanto das escrituras quanto do montante negociado nelas: 13 e 17,5%, respectivamente. Os *outorgados* que fizeram uma ou duas escrituras eram aproximadamente 89% dos agentes e reuniam 64% das escrituras e 60,5% do valor total. Nos outro extremo, observa-se que 4% dos outorgados aparecem em 5 ou mais escrituras que representaram uma parcela mais importante das escrituras (22%) e de seu valor (22,5%), se comparado com os outorgantes. Assim, os outorgantes e outorgados que fizeram entre 5 ou mais escrituras concentravam, em média, parcelas mais significativas do total de registros e do valor correspondente. Deste modo, apesar do elevado número de agentes envolvidos, há indícios que permitem afirmar que parcela considerável da riqueza envolvida nas transações registradas nestas escrituras concentrava-se nas mãos de poucos agentes.

Conclui-se que o período final da ocupação luso-brasileira na Banda Oriental e a primeira metade da Guerra dos Farrapos constituíram-se em pontos-chaves para a economia rio-grandense. Neste intervalo, parte dos recursos antes aplicados na aquisição de bens ligados ao setor produtivo (rurais) passou a ser investido especialmente em bens urbanos. A distribuição do valor acumulado nos registros notariais de venda (**Tabela 2**) aponta para o incremento da atividade mercantil ao longo do período considerado, uma vez que os bens urbanos e as embarcações acumulavam 53% do valor total das escrituras de venda (ou 42%, caso se considere todas as categorias de escrituras analisadas). Assim, apesar das dificuldades impostas pelos confrontos entre farroupilhas e imperiais, fica sugerido que a província passava por um incremento no processo de urbanização e na atividade mercantil. Quanto à distribuição das escrituras, constatou-se que um grande número de agentes estava envolvido nas transações, mas um pequeno grupo concentrava individualmente partes significativas das transações e dos valores correspondentes.

## **Bibliografia**

BERUTE, Gabriel Santos. A atividade econômica rio-grandense em tempos de guerra (Vila do Rio Grande, 1811-1850) In **Anais: Produzindo história a partir de fontes primárias / 8. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2010. v.1. p. 343-364.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Naus da colônia**. Brasília: Senado Federal, 2007.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999 [tese de doutorado].

PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos**. Niterói: Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Faculdade de Economia/UFF, 2009 [tese de doutorado]

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura economia, comércio de escravos, grupo mercantil Salvador (c.1750 c.1800)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009 [tese de doutorado].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.